

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



O LIVRO E A LEITURA

VOLUME 20, 1999

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

"LITERATURA OFICIAL" NO ESTADO NOVO* **
Os Prémios Literários do SPN/SNI

1. *Estado Novo - "Estado autoritário" ou "Estado totalitário"?*

O problema de caracterização do regime salazarista é fundamental para se entender um conjunto de aspectos da sua teoria, da sua ideologia e da sua prática[^]). Há alguns anos, Manuel Braga

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX.

** Este texto, com o título "Literatura e bibliotecas populares oficiais no Estado Novo", foi apresentado num colóquio de Budapeste, realizado pelo Instituto de Língua e Cultura Portuguesas da Universidade Roland Eötvös Lorand, comemorativo dos 20 anos de ensino do Português na Hungria (in *Actas do Congresso Internacional organizado por motivo dos vinte anos do Português no Ensino Superior*, Budapeste, 1999, pp. 128-153). Tendo em conta que a segunda parte, referente às bibliotecas das Casas do Povo, resultado de uma investigação efectuada com o Doutor Amadeu Carvalho Homem, já foi publicado por duas vezes, considerou-se que não deveria aqui ser reproduzida uma vez mais. Publica-se apenas a primeira parte, embora a sua introdução contenha também algumas reflexões que se encontram já noutros artigos, nomeadamente no texto "Salazarismo, Alemanha e Europa" e "Cinema e propaganda no Estado Novo", publicados em volumes desta revista.

([^]) Como levantamento do problema, embora já um pouco ultrapassado pelos anos, *vide* o livro de António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo*

da Cruz, que foi também o autor de urna das melhores obras sobre a caracterização do Salazarismo nos seus aspectos doutrinários⁽²⁾, recusando-lhe a classificação de "fascismo", identificou o regime como "autoritarismo conservador e integracionista"⁽³⁾. Ultimamente o problema não tem sido abordado por muitos historiadores, ainda que no estrangeiro (nomeadamente em França, talvez porque o regime de Vichy tenha sofrido alguma influência inspiradora do regime de Salazar) se continue a insistir na ideia de que o Estado Novo não se pode classificar como um tipo de fascismo⁽⁴⁾. Ao contrário, historiadores como Fernando Rosas, Luís Bensaja dei Schirò⁽⁵⁾ ou eu próprio⁽⁶⁾, temos defendido que o Estado Novo constitui indubitavelmente um regime fascista, entendido o termo em sentido politológico e na acepção de "fascismo genérico", embora possua, como é óbvio, a sua identidade.

A questão do "autoritarismo" e do "totalitarismo", em relação ao Estado Novo, embora de certa forma inerente à problemática referida, quase nunca é devidamente tratada e não seremos nós que o faremos aqui de uma forma sistemática. Apenas deixaremos algumas reflexões, baseadas até no próprio discurso de Salazar e dos salazaristas.

pelos anos, *vide* o livro de António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Estampa, 1992.

(2) *A Democracia Cristã nas origens do Salazarismo*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais-Presença, 1980.

(3) Cf. *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1988, sobretudo pp. 28 ss. e 251 ss.

(4) *Vide* Yves Léonard, *Salazarisme et Fascisme*, Paris, Editions Chandeigne, 1996.

(5) *A experiência fascista em Itália e em Portugal*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 1997.

(6) *Vide*, entre outros artigos, da nossa autoria, já publicados, "Salazarismo, Alemanha e Europa. Discursos políticos e culturais", in *Revista de História das Ideias*, n.º 16, 1994, pp. 73-104. Publicado também in Marília Lopes dos Santos, Ulrich Kniefelkamp e Peter Hanenberg (Hg.), *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa/Portugal e a Alemanha a caminho da Europa*, Centaurus-Verlagsgesellschaft, Pfaffenweiler, 1995, pp. 193-219. Ver também "Estado Novo em Portugal: ensaio de reflexão sobre o seu significado", in *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUC/RGS, vol. XXIII, n.º 1, Junho 1997, pp. 5-32.

Salazar recusou sempre o conceito de totalitarismo aplicado ao regime que liderou - nomeadamente depois da II Guerra Mundial -, todavia, o conceito não deixa de aparecer em textos dos seus apoiantes, sobretudo (cremos) naqueles que provinham da ala nacional-sindicalista e da ala republicana, e não do lado "católico", a que Salazar pertencia, mais interessado, pelo menos formalmente, em dar um sentido moralizador ao regime. Por exemplo, na obra *O problema universitário em Portugal*, pode ler-se:

Dentro do Estado Novo, não há, e não pode haver duas opiniões: *Estado de tendências totalitárias*, o Problema universitário terá que subordinar-se, na sua solução, às directrizes ideológicas que inspiram o Estado Novo. A Universidade terá que viver integrada no Estado Novo, e não à margem do Estado, alheia ao Estado, e quando Deus quer, inimiga do Estado. A Universidade, vivendo integrada no Estado, tem que pôr as suas actividades, todas as suas canseiras, ao serviço do Estado, no campo que lhe é próprio. Dentro da atmosfera do Estado Novo, ela tem que ser nacionalista, e não intemacionalista; corporativista, e não liberalista; organicista, e não democrática⁽⁷⁾.

Outro caso exemplar é o do grande amigo de Salazar e seu apoiante da primeira hora, mas que proveio das hostes republicanas, do Partido Evolucionista, o Prof. Bissaya Barreto, da Faculdade de Medicina de Coimbra. Em 1937, em pleno tempo da Guerra Civil de Espanha, afirmava num discurso proferido durante uma homenagem que lhe foi prestada e no seguimento de outros discursos de idêntico tipo e argumentação:

Combatendo erros, corrigindo injustiças, remediando faltas, ressalvando agravos, Salazar construiu o *Estado Novo, forte, totalitário, absorvente*. - Tudo dentro do Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado -, que tem por missão suprema dignificar e engrandecer Portugal no conceito das Nações, velar pelo conforto material e educação do espírito da gente da nossa Terra e fazer despertar, bem

⁽⁷⁾O *Problema Universitário em Portugal*, Lisboa, Editorial Vanguarda, 1934, pp. 11-12. Texto sem nome de autor. O itálico é nosso.

no íntimo da sua alma, os mais fervorosos sentimentos de patriotismo⁽⁸⁾.

Portanto, o conceito "totalitarismo" entendido no sentido de capacidade de o Estado intervir, de forma indiscutível, em *toda a vida da Nação*, quer nos aspectos materiais quer nos aspectos espirituais, não esteve ausente da conceptologia salazarista. Se Salazar não usava a palavra, por ser jurista e pelos cuidados que sempre manifestou no uso e na definição dos conceitos, e porque (conforme já se sugeriu), "católico" que era, tinha a ideia de que essa seria uma das pedras de eventual fricção com os seus ex-correligionários - como, de resto, sucedeu na Itália fascista, onde os problemas do relacionamento com a Igreja se punham com particular acuidade, e como, aliás, veio a suceder em Portugal, particularmente depois dos anos 50 - , ela foi, pois, usada por alguns dos seus apoiantes. Aliás, Salazar, procurou, na sua política de conciliação e de "meio termo", não usar conceitos radicais que entusiasmassem por de mais os nacionais-sindicalistas, que acabaram por ser marginalizados ou integrados no Estado Novo.

2. A "Política do Espírito" e o problema de uma "literatura oficial"

Consideramos como metodologia apropriada, independentemente de podermos intervir na discussão teórico-prática dos problemas referidos, que o processo mais interessante para caracterizarmos o regime será estudá-lo nos seus diversos aspectos, à maneira da afirmação de Angelo Tasca: "Para nós definir o fascismo é, antes de tudo, escrever a sua história"⁽⁹⁾.

Nesta medida, aproveitamos o ensejo para nos abalançarmos a mais um ensaio, desta vez no domínio da literatura. Formulemos desde já a pergunta fundamental: a chamada "Política do Espírito" (para empregar a expressão de António Ferro) apontou para a noção de uma "literatura oficial" e, por oposição, recusou liminarmente uma "literatura degenerada"?

(8) *Diário de Coimbra*, 10.4.1937. O itálico é nosso.

(9) *La naissance du Fascisme*, 1ª. ed., Paris 1938, reedições em italiano de La Nuova Italia, Florença, 1950, e Bari, Laterza, várias edições. Na 4ª. ed., pp. 553-554.

Em primeiro lugar, deve notar-se que no Estado Novo não houve (salvo em casos excepcionais e de urna forma menos pública e espectacular^(10 *)) queima de livros, como no Nazismo, e formalmente procurou-se sempre, de forma patriarcal, afirmar a ideia de tolerancia, ou, se quisermos, a ideia de que todos, inclusivamente a *Intelligentsia* mais avançada, poderia colaborar, em espírito de "união nacional", na obra de Salazar, desde que, bem entendido, fossem respeitadas as premissas essenciais do Estado Novo. Por isso, o famoso artigo 8º. da Constituição de 1933 falava dos direitos dos cidadãos, inclusivamente a liberdade de expressão⁽ⁿ⁾, mas afirmava logo a possibilidade de regulamentar esses direitos, ou seja, na prática, a possibilidade de limitar ou eliminar o seu exercício efectivo⁽¹²⁾.

O Secretariado de Propaganda Nacional, logo constituído em 1933, afirmava-se como um órgão com uma acção persuasiva, mas não impositiva. Mesmo a Propaganda, no contexto de um discurso de "originalidade" entre os regimes autoritários - já Salazar o dissera na famosa entrevista a António Ferro de 1932-1933 - se era tida como importante era afirmada afinal com um mal necessário⁽¹³⁾.

Todavia, está bem patente no director do SPN que a "Política do Espírito" tinha uma missão cultural mas subordinada às regras do Estado Novo. Assim, dizia Ferro, em 1934, já como seu director:

(¹⁰) Segundo nos informou pessoalmente Luís Augusto Costa Dias, então responsável pelo Museu do Neo-Realismo de Vila Franca de Xira, a revista neo-realista *Cadernos de Juventude*, aparecida em Coimbra em 18 de Novembro de 1937, foi quase integralmente queimada no pátio do Governo Civil de Coimbra. Foi recentemente feita uma edição facsimilada: *Cadernos de Juventude*, Coimbra, Câmara Municipal, 1997.

(ⁿ) Constituição de 1933, tit. II, art. 8º., 4º.

(¹²) Cf. Art. 8º. §§ Iº. a 4º.

(¹³) Cf. A. Ferro, *Salazar. O homem e a obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 3ª. edição, s.d., p. 181. Note-se que a afirmação de Salazar, em resposta a uma pergunta de Ferro sobre a admiração que os jovens sentiam pelo "dinamismo da Itália nova e da Alemanha nova", faz parte do texto que só se encontra a partir da 3ª. edição, constituindo uma entrevista autónoma, a que Ferro chamou "Depois da conferência de Londres", por se ter realizado depois da Conferência de Londres, realizada de Novembro de 1932 a Janeiro de 1933, a que o jornalista fora enviado pelo *Diário de Notícias*.

Política do Espírito não é apenas [...] fomentar o desenvolvimento da literatura, da arte e da ciência, acarinhar os artistas e os pensadores, fazendo-os viver uma atmosfera em que lhes seja fácil criar. Política do Espírito é aquela que se opõe, fundamental e estruturalmente, à política da matéria. Política do Espírito, por exemplo, neste momento que atravessamos, não só em Portugal como no Mundo, é estabelecer e organizar o combate contra tudo o que suja o espírito, fazendo o necessário para evitar certas pinturas *viciosas* do vício que prejudicam a beleza, como certos crimes e taras ofendem a humanidade, a felicidade do homem. Defender a Política do Espírito é combater sistematicamente, obra da vida ou obra da arte, tudo o que é feio, grosseiro, bestial, tudo o que é maléfico, doentio, por simples volúpia ou satanismo!⁽¹⁴⁾.

Desta forma, António Ferro - antes escritor modernista, propenso a causar um certo escândalo, que fora sujeito a uma censura do público conservador ou mesmo das autoridades, aquando da representação da sua peça *Mar Alto*, em 1923 em Lisboa e em 1925 em Coimbra - abria as portas a uma censura pública. Não se dirá, pois, como veremos, que vamos deparar com uma "literatura oficial", mas sim com uma literatura integrada no regime ou pelo menos que não era contra o regime.

Fora essa, continuava a resistir e, de facto, a afirmar-se cada vez mais, nem sempre com a qualidade desejável, uma literatura *off the record*, ou seja, fora do regime ou mesmo contra o regime, que penetrava nos meios intelectuais e, em certos casos, era vítima da censura. Os escritores dessa literatura também, em certos casos, se sentiam menos como artistas do que como militantes de uma "ideia", ao serviço do "proletariado", como "engenheiros de almas" (para empregar a expressão atribuída a Lenine) e, por isso, acabavam por entrar em conflito com o "seu sistema", ou seja, o sistema marxista, representado pelo Partido Comunista⁽¹⁵⁾.

⁽¹⁴⁾ "Política do Espírito e sua definição". Discurso pronunciado na sede do Secretariado da Propaganda Nacional, na primeira festa dos Prémios Literários, em 21 de Fevereiro de 1934, in *Prémios Literários (1934-1947)*, Lisboa Edições SNI, 1950, pp. 18-19.*

⁽¹⁵⁾ Vide João Madeira, *Os "engenheiros de almas". O Partido Comunista e os intelectuais*, Lisboa, Estampa, 1996.

No fundo, poderíamos interrogar-nos sobre a existência de duas "literaturas de sistema". Seja como for, se urna tem atrás de si um Estado autoritário e a vigilância de urna Censura sempre actuante e repressiva, até pela privação da liberdade física - recorde-se, como exemplo mais significativo, as consequências da atribuição, em 1965, do prémio da Sociedade Portuguesa de Escritores a Luandino Vieira pelo livro *Luuanda* (1964), que levou ao encerramento da Sociedade e à suspensão do *Jornal do Fundão*, por ter dado a notícia da atribuição do prémio -, a outra tinha apenas (teve em Portugal) o papel de pressão sobre a consciência militante, embora com conflitos pessoais que por vezes atingiram certa gravidade.

3. A "literatura oficial" ou "integrada" e os Prémios Literários do SPN/SNI

Quando foram distribuídos os primeiros Prémios Literários, criados pelo SPN, em 21 de Fevereiro de 1934, António Ferro, depois de ter definido "Cultura do Espírito" da forma como vimos, esclareceu:

Criando-os, não quisemos estimular, como é fácil agora deduzir, o satanismo literário, a política da matéria, que já condenámos, mas a política do espírito, que já definimos. Não somos uma academia de ciências nem um organismo exclusivamente literário. Temos outros objectivos, que não são incompatíveis com a finalidade das instituições de cultura que possam recompensar a livre produção, mas esses objectivos são corajosa e francamente limitados por balizas morais e espirituais. Como escritor, podemos ler, admirar certas obras literárias inconformistas, que consideramos dissolventes e perigosas quando muito fortes. Como dirigente dum organismo que se enquadra dentro do Estado Novo, não podemos aceitar nem premiar essas obras. Não teremos força, talvez, para as evitar, mas nada faremos - nem devemos fazer - para lhes dar alento. Protegê-las, estimulá-las, seria uma traição aos princípios que defendemos e defenderemos. As intenções *ampiamente construtivas* dos nossos prémios são, portanto, facilmente comp reensíveis ⁽¹⁶⁾.

(16) A. Ferro, *discurso in ob. cit.*, pp. 29-30.

Os Prémios Literários seriam, pois, distribuídos a obras e escritores que se integrassem no regime, ou seja, que estivessem de acordo com a consciência corporativista da conciliação de classes, com o nacionalismo, com o imperialismo colonial, com a divisa "Deus, Pátria, Família"...

O sentido de conciliação e de recuperação de valores culturais indiscutíveis, mas passíveis de serem interpretados "à esquerda", revela-se logo nos nomes dos patronos dos prémios que foram sendo sucessivamente criados⁽¹⁷⁾. Uns serão consensuais: Camões (prémio atribuído a obras estrangeiras sobre Portugal), Pero Vaz de Caminha (só concedido a partir de 1945 a obras sobre o Ultramar), Alexandre Herculano (prémio de História), Gil Vicente (teatro), Maria Amália Vaz de Carvalho (literatura infantil). Outros são nomes que pertencem a sectores polémicos ou militantes da cultura portuguesa, na sua perspectiva política, científica ou jornalística: o polémico escritor, jornalista e político colonial António Ermes (nome do prémio de jornalismo⁽¹⁸⁾) e, depois, do prémio de "Doutrina ou Polémica", Afonso de Bragança, o jovem jornalista sidonista falecido prematuramente (prémio "Jornalismo-Reportagem"), Anselmo de Andrade, economista que foi ministro no tempo da Monarquia em governos de "salvação nacional" (prémio de "Doutrina Política ou Económica" instituído só em 1945). Finalmente, alguns dos prémios mais especificamente literários tiveram patronos ligados de uma forma mais ou menos directa à chamada "geração de 70": Ramalho Ortigão ("Ensaio"), Eça de Queirós ("Romance"), Fialho de Almeida ("Novela ou Conto"), Antero de Quental ("Poesia"). A verdade é que essa linha de "integração" era já uma realidade desde o Integralismo Lusitano, que tem - como sabemos - algum significado na estruturação cultural e ideológica do Salazarismo⁽¹⁹⁾. A integração pela via estética, e ideológica de forma implícita, será apresentada

⁽¹⁷⁾Vide os nomes dos prémios in *Prémios Literários (1934-1947)*, Lisboa Edições SNI, 1950, p. 211 ss.

⁽¹⁸⁾ Cf. António Ferro, *A Política do espírito e os Prémios Literários do S.P.N.*, Lisboa, Secretariado de Propaganda Nacional, 1935, p. 28.

⁽¹⁹⁾ Vide o nosso artigo, no prelo, a publicar no próximo volume da revista *Biblos*, "Oliveira Martins visto pelos 'integralistas'", e "Antero de Quental nas leituras 'integralistas'", *Revista de História das Ideias*, n.º. 13, Coimbra, 1991, pp. 401-439.

expressamente e de forma eloquente por Ferro, em relação a Eça de Queirós e por altura do centenário do seu nascimento:

Não! Eça de Queirós não foi político, nem conservador, nem avançado, mas sim grande artista, um grande escritor português. O que ficou dele, porém, insistimos, o seu perfil projectado através dos tempos, não foi o suposto escritor social, o caluniado, o falso demolidor de tradições, mas o apóstolo (se a palavra não fere...) duma vida portuguesa mais elegante, mais harmoniosa, mais civilizada⁽²⁰⁾.

Quanto aos prémios em si, não vamos analisar minuciosamente nem em toda a extensão as obras e os autores que mereceram ser destacados pelo SPN, convertido em 1944 em SNI (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo). Por agora, desejamos apenas fazer uma simples sondagem a alguns dos prémios, a algumas obras e autores premiados, situados nas décadas de 30 e 40⁽²¹⁾.

Numa primeira achega, parece indubitável que o SPN, em regra, não procurou destacar grandes vultos da nossa literatura. A maioria das obras e dos autores parecem-nos hoje autores e obras esquecidos, talvez por corresponderem a "autores de época", alguns de classe menor. É certo que mais tarde alguns escritores significativos, vieram a ser premiados, mas isso constitui quase a excepção a confirmar a regra. De resto, é curioso salientar que o prémio "Antero de Quental" começou exactamente com uma dessas excepções - a consagração de *Mensagem* de Fernando Pessoa. Todo o seu carácter histórico, épico e sebastianista era de molde a ser destacado pelo órgão de propaganda e de cultura do Estado Novo. No entanto, a grande obra da literatura nacional foi apenas agraciada com um prémio menor, da "categoria b", porque não tinha as 100 páginas exigíveis pela "categoria a"⁽²²⁾. E

⁽²⁰⁾ António Ferro, *Eça de Queirós e o centenário do seu nascimento*, Lisboa, Edições SNI, 1949, p. 17.

⁽²¹⁾ Agradecemos ao Dr.^a Heloísa Paulo a colaboração que nos deu na busca das obras às quais foram atribuídos os prémios do SPN/SNI.

⁽²²⁾ Analisando o regulamento do prémio "Antero de Quental", para 1933-1934, publicado por António Ferro na obra citada, *A Política do Espírito e os Prémios Literários do S.P.N.* (pp. 29-30), verificamos que foram consideradas

essa "classe b" não teria sido acrescentada, dado que nunca mais foi considerada em posteriores prémios?

Afinal, que polémicas estiveram por de trás deste acto de premiar? É algo que deveria ser analisado através da consulta dos documentos do SPN, que - segundo informações de que dispomos - se encontram ainda por catalogar. O que podemos deduzir é que parece ter havido alguma concessão aos gostos superiores de alguns intelectuais do Estado Novo. Seja como for, o certo é que a *Mensagem* de Fernando Pessoa foi afinal classificada *ex-aequo*, mas numa categoria inferior, pelo menos em termos do valor do prémio, com uma obra menor do franciscano Padre Vasco Reis, com o poema dramático, de gosto populista e tradicionalista católico, *A Romaria*, curiosamente publicado na Imprensa da Universidade de Coimbra com uma Carta-Prefácio de Alfredo Pimenta, que elogia o sentido "bem franciscano" e "bem português" do poema. Vale a pena ficar com uma ideia do seu enredo para se perceber o tipo de literatura que era então premiada ao lado da *Mensagem*.

Uma das primeiras personagens de *A Romaria* é uma criança pobre e órfã que vivia num casebre sem sequer ter uma candeia para o alumiar, com uma tia cega, a *Tia Rosa*. De nome *Zé Miguel*, é assim caracterizada: "rota, descalça, sentada numa pedra do caminho, olhos azuis, cabelo loiro, ar despreocupado e alegre". A própria paisagem que a rodeia, com os primeiros raios de sol, que finalmente restituem a luz a *Miguel*, depois de uma noite às escuras, acentua essa caracterização: "Madrugada. Dos longes do nascente uma poalha de luz mansa e cariciosa... Aqui e além tremeluzem gotas de orvalho em corolas de flores. Violando o silêncio a música dos ninhos..../²³).

A outra personagem é o inverso de *Zé Miguel*. A própria

duas categorias: a) o "melhor livro de versos, não inferior a 100 páginas, que seja publicado de 1 de Julho de 1933 a 31 de Outubro de 1934 e em que se revele uma inspiração bem portuguesa e mesmo, de preferência, um alto sentido de exaltação nacionalista"; b) "um poema, ou poesia solta, onde as mesmas qualidades e intenções se manifestem". À primeira categoria era atribuída uma "recompensa" de 5 000\$00 e à segunda de 1 000\$00. Note-se, contudo, que o regulamento para 1934-1935 só considerava uma única categoria, aquela que classificámos como categoria *a*, correspondente afinal de contas à alínea em que o prémio era caracterizado (*idem*, p. 35).

(²³) *A Romaria*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 15.

paisagem onde a vamos encontrar é disso indiciadora: "A estrada sobe agora uma encosta íngreme, um cabeço pedregoso. Os brutos fragaredos, a vegetação bravia - urzes, carrasqueños e silvas de agudos espinhos - põem na doçura da paisagem uma chaga sangrenta - uma nota de dor". Um segundo texto introdutório apresenta essa personagem a que, significativamente, o autor chama - num tempo de grande impacto anticomunista - o *Bolchevista*, o qual é acompanhado pela sua mulher doente, a *Entrevadinha*, que trata sem paciência. Vejamos esse texto de apresentação: "Pela estrada além, uma desconjuntada carroça, ao trote ronceiro dum macho esquelético e lazarento. Na boleia o cocheiro, bolchevista. Atrás, sentada, uma entrevadinha de olhos tristes e piedosos..."⁽²⁴⁾. O *Bolchevista* - naturalmente... - é ímpiedoso e ateu: "Não creio em Deus - afirma. Se existe, é um Deus tirano e atroz"⁽²⁵⁾.

No meio destas personagens surgem outras, do Portugal rural, enquadradas pelo ambiente alegre e religioso da romaria a Santo António, o nosso santo mais popular. Logo no início do poema há uma apresentação geral deste tipo, como que a marcar o cenário de uma peça de teatro para ser representada: "Junho florindo em toda a sua graça em terras de Portugal... Doces vales de Além-Douro. Aos quatro lados, aninhadas nas vertentes das montanhas, brancas capelinhas. Pelos caminhos e povoados o tipo vivo das figurinhas ingénuas de Machado de Castro. Por todo o dia bendito, a algazarra dos arraiais, as danças e descantes, o estralejar dos foguetes e a música das filarmónicas"⁽²⁶⁾. No meio destas personagens - dizíamos - e no contexto deste "cenário português", surge outra personagem fundamental: o *Cego*, que tanto dialoga com *Miguel* como com o *Bolchevista* e a *Entrevadinha*.

Com o primeiro trata-se de uma conversa simples, em que se põe à prova a bondade natural da criança. Com os segundos, particularmente com o *Bolchevista*, é um diálogo de conversão. O *Cego*, perante a argumentação comunista, fala da dor em termos de mensagem metafísica cristã, como catarse de perfeição:

⁽²⁴⁾ *Ob.cit.*, p.39.

⁽²⁵⁾ *Idem*, p. 48.

⁽²⁶⁾ *Idem*, p. 11.

BOLCHEVISTA

E ao ver capitalistas arrogantes,
 Impando de prazer,
 A jogar, a comer,
 Em bailes, chás dançantes,

E os pobres desprezados, sem sustento,
Gemendo em sofrimento,
Não sente a indignação
Ferver no coração?

CEGO

Amigo, neste mundo, a Dor é companheira
Da Humanidade inteira...

Ouviste certamente, em tempos de criança,
Narrar a morte em cruz
Duma ovelhinha mansa
-Jesus...

Deves lembrar-te.

Em ânsia, em dor incompreendida,
Jesus caíra exausto. E a turba empedernida
Rogara o Cirineu...

E então o vermezinho,
Rasteiro, fraco e humilde - o frágil barro Adão
Erguera a Cruz dum Deus...

E em Dor-Propiciação,
Jesus e a Humanidade escalam o caminho
Que vai direito ao céu...

Jesus o quis; e o Cirineu foi a figura
Da humana criatura
No mistério sem par da Redenção...(27)

E o *Cego* conta então ao *Bolchevista* a "estória" de um cavador que perdera os haveres, os filhos, a saúde da mulher e a quem ninguém socorrera. E termina assim:

É uma história mui triste e mui real,
Ainda mais velha do que Portugal.

Quem ma contou?

O rosto do operário,
Sem paz, sem fé, sem luz e sem calor...
- Um livro aberto, como um breviário...
Um Livro de Horas de miséria e dor(28).

Era, ao fim e ao cabo, a "estória" do *Bolchevista*, que afinal tivera "uma razão" para se revoltar contra o mundo e contra a vida, mas que teria uma "razão maior", uma razão de Deus, para se converter. Como o revolucionário de *A Revolução de Maio*, o filme de 1937 de António Lopes Ribeiro, também este *Bolchevista* se converte, mas converte-se à fé de Cristo, perante as palavras boas e o milagre do *Cego*, que não era outro senão o Santo António, o Santo António de Lisboa, que a *Entrevadinha* fora venerar à Romaria. *Miguel* recebeu como recompensa a luz em sua casa, *Tia Rosa* passou a ver, a *Entrevadinha* começou a andar e o *Bolchevista* converteu-se:

BOLCHEVISTA
(resplandecente de iluminação interior)

O cego!?... o cego!?... Ele via!
O cego era eu... (29)

(27) *Idem*, pp. 49-50.

(28) *Idem*, p. 60.

(29) *Idem*, p. 113.

Tem, pois, um valor simbólico a atribuição deste prémio.

Em 1935 o prémio "Antero de Quental" é concedido ao poema quase "auto-biográfico" ou de impressões autobiográficas *Desaparecido*, de Carlos Queirós, um poeta de reconhecido talento, da geração modernista de António Ferro, que colaborou na revista *Presença*, de Coimbra, que trabalhou na divulgação da poesia, do teatro e do turismo na Emissora Nacional e que dirigiu a revista *Panorama*, do SNI.

Queirós, ao contrário de outro poeta, de que falaremos, António Correia de Oliveira, é um poeta da cidade, natural de Lisboa, mas que, também ele, tem um olhar nostálgico para o campo. Vejamos o seu soneto "Cidade":

Na cidade, quem olha para o céu?
- É preciso que passe um avião...
Quem dera o silêncio, a solidão,
Onde pudesse, alguma vez ser eu!

Na minha cidade nasci; nela nasceu
A minha dispersiva inquietação;
E o meu tumultuoso coração
Tem o pulsar caótico do seu.

Ah! Quem me dera, em vez de gasolina,
O cheiro a terra húmida, a resina,
A flores do campo, a leite, a maresia!

Em vez da fria luz que me alumia,
O luar sobre o mar, em tremulina...
- Divina mão compondo uma poesia³⁰).

Em 1936 ganha o prémio com o seu primeiro livro, *Confidências de um Rapaz Provinciano*, apadrinhado por António Botto, o poeta alentejano Azinhal Abelho, com poemas dedicados a muitos escritores do tempo, desde Botto, Florbela Espanca ou Teixeira de Pascoaes e

ƒ³⁰) *Desaparecida*, Lisboa, Edição do Autor, 1935, pp. 59-60.

Afonso Lopes Vieira, a Ferro ou João Ameal, ou a Vitorino Nemésio. É uma poesia com o seu quê de ingénuo, onde não deixa de se afirmar a crença cristã ou o ruralismo alentejano de um "rapaz provinciano". Vejamos só um passo do poema "A Cidade" (sempre o diálogo campo-cidade), dedicado precisamente a António Ferro:

Ai a Cidade, as cidades!
Todas grandes, uniformes,
sem alma para nós bebermos!
Os homens, os que são homens,
não têm lá morada com certeza.
Eu vejo-lhes as ruas endoidadas
num movimento alucinante que perturba
e pergunto receoso:
- aonde irá esta gente
com tanta pressa, com tanta,
sempre a correr e a passar
por cima uns dos outros, sem noção
do que é ter alma, coração -(31)

Em 1937, ano em que a Guerra Civil de Espanha mais se repercutiu em Portugal, o prémio vai para Ramiro Guedes de Campos (engenheiro, secretário do Ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco e depois membro da Comissão de Programas da Emissora Nacional) com o seu poema *Portugal*. É um poema épico, nacionalista, em que o livro I é dedicado ao tema "A Raça" (incluindo poemas sobre: "A Terra Portuguesa", "O Sangue Português" e "A Língua Portuguesa") e o livro II é dedicado - segundo o título simbólico - a "Os Génios" (de "A Arquitectura", João de Castilho, arquitecto do Mosteiro de Belém e do Convento de Cristo, "A Pintura", o Nuno Gonçalves dos famosos painéis de São Vicente, "A Eloquência", o Padre António Vieira, "A Poesia da Terra", o teatro de Gil Vicente, "A Poesia do Mar", Luís de Camões), a "Os Padrões" ("A Fé", Nun'Álvares, "A Vontade", o Infante D. Henrique, "A Força", Afonso de Albuquerque, "O Amor", o rei D. Pedro, "A Dor", o Infante D. Fernando) e a "Os Chefes" (D. Afonso Henriques, D. Dinis, D. João II, D. Sebastião, o

(31) *Confidências de um Rapaz Provinciano*, Lisboa, s. ed., 1936, pp. 26-27.

Manuelinho de Évora, símbolo popular da Restauração, o Marquês de Pombal, Mouzinho de Albuquerque...). Portanto, todos os mitos da "Pátria"⁽³²⁾ são cantados neste poema de Guedes de Campos. O mais significativo, porém, é, na parte dedicada a "Os Chefes" (note-se a terminologia de sedução fascista), o poema fictício do Canto XI de *Os Lusíadas*, em que o poeta teria cantado a descoberta e a missão do Brasil e Alcácer Quibir e teria imaginado profeticamente a dominação filipina, as invasões francesas e a "Guerra Mundial". E, saindo desta sombra, haveria a "Aparição" de um Chefe - Salazar, sem dúvida - que através da "palavra" ("por nobre e por honrada,/Se faz maior ainda do que a espada") traria a paz e o renascimento do Império. Vejamos apenas uma estância deste "canto XI":

E um Homem vejo enfim, virtuoso e grande,
Na multidão surgir de homens pequenos,
Braço que Deus mandou para que mande
Com gestos luminosos e serenos;
A lei constante e igual por gládio brande
Que a todos mais exalte e a nenhum menos;
Eis sobe, como deve, a ilustre mando
Contra vontade sua e não rogando⁽³³⁾.

Mais rapidamente, sondemos agora os premiados seguintes:

Em 1937 e 1938, respectivamente, Miguel Trigueiros (*Resgate*) e Pedro Homem de Melo (*Segredo*), poetas de gosto etnográfico, ligado o primeiro à Emissora Nacional e assistente cultural da Junta Central das Casas do Povo, e o segundo, advogado e professor, que veio a fazer parte do júri dos próprios prémios literários do SPN/SNI, que estamos a observar. Em 1941 o prémio é distribuído a Américo Cortês Pinto (*A Alma e o Deserto*), médico, membro da Comissão Distrital de Leiria da União Nacional e que colaborou activamente com o regime, também na qualidade de escritor. Em 1942, Campos de Figueiredo, funcionário superior da Caixa Geral dos Depósitos de Coimbra,

(32) *ver* o nosso livro *História e Ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989, particularmente o capítulo "A História contada às crianças".

(33) *Portugal. Poemas*, Lisboa, Editorial Império, 1937, p. 164.

jornalista, é vencedor do prémio com o livro *Navio na Montanha*. Em 1943 o madeirense Cabral do Nascimento, formado em Direito e professor do Ensino Técnico, ganha o prémio com o livro *Cancioneiro*, e em 1945 é a vez do então jovem poeta Amândio César - que há-de ser um lídimo representante da extrema direita nos tempos difíceis do regime - com o poema *Batuque de Guerra*.

Verifica-se, pois, uma presença significativa de poetas que constituem o que poderemos chamar os "intelectuais orgânicos", bem ligados ao regime, pela sua ideologia e/ou pelas funções desempenhadas ou que vieram a desempenhar.

Quanto ao prémio de romance "Eça de Queirós", muitas vezes não atribuído (o prémio "Antero de Quental" só raramente o não foi), destaquem-se alguns casos mais ou menos significativos até 1945:

Em 1935, o prémio foi atribuído ao livro *O Pinto. Infância, paixões e morte de um cacique eleitoral*, escrito em 1933, da autoria do Conde de Aurora (2º. Conde de Aurora), José de Sá Pereira Coutinho. Trata-se - conforme o subtítulo do romance - da vida imaginada de um fidalgo (o "Fidalguro", como o povo lhe chamava), *Francisco Pinto*, caciqueiro e "caçador de votos" em todos os regimes desde o monárquico ao Estado Novo, neste caso já com algum desaire. No fundo, este escritor monárquico procurava criticar o sistema liberal em toda a sua extensão, até que ele fora abolido pelo Salazarismo.

Joaquim Paço d'Arcos, que foi um dos escritores mais populares no tempo do regime de Salazar, sendo chefe dos Serviços de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1936 ganha o prémio com o livro *Diário de um Emigrante*. Trata-se do diário fictício de *Pedro Manuel*, dos anos de 1928 a 1930, que já fora objecto de um outro livro do autor, *Amores e Viagens de Pedro Manuel* (1935). São afinal os dramas de um emigrante - que Joaquim Paço d'Arcos conhecia por ter estado no Brasil - , não, neste caso (conforme diz, numa alusão à viagem de barco que os emigrantes faziam, vindos de Portugal), do "pacóvio da terceira", mas do "filho de família da primeira". *Pedro Manuel* foi comerciante e jornalista, arruinara-se e sentira os dramas mais pungentes que os dos pobres emigrantes que mais facilmente se habituavam às privações, porque "a côdea que rói não difere em muito da que na sua aldeia comia". Poucos anos depois, no cinema - *Feitiço do Império*, de António Lopes Ribeiro (1940) - haveria também de se falar do emigrante, mas de um rico emigrante português nos Estados Unidos, procurando mostrar que a emigração se deveria fazer para a África e não para o Estrangeiro. No fundo, são os dramas dos

sonhos frustrados ou, no caso do cinema, do perigo da perda da nacionalidade, que são focados pelos artistas da pena ou do celuloide. Neste caso de Paço d'Arcos, como no de Ferreira de Castro, sem intuítos nacionalistas? No caso do autor de *A Selva* certamente que sim, pois são nele evidentes as intenções de realismo social, mas no caso de Paço d'Arcos talvez não. No Prefácio, ele lamentava a "falta" no seu livro de uma "finalidade moral", como talvez a prevenir do facto de desejar, no íntimo, que ele servisse de meio para desmotivar a emigração, num período de grande euforia do regime de Salazar.

Em 1944, num deserto de frustrações de prémios não atribuídos, foi agraciado Francisco Costa, director da Biblioteca e Arquivo Municipal de Sintra e escritor, com o romance *A Garça e a Serpente*, que Arthur Duarte, em 1953, haveria de adaptar ao cinema, em filme pouco conhecido. Trata-se de um drama lisboeta, passado entre famílias que vão convivendo e têm entre si as suas disputas e os seus amores. Passa-se desde a Revolução de Sidónio Pais e da Primeira Guerra Mundial, dificilmente aceite, sobretudo no que diz respeito à mobilização dos jovens portugueses, aos alvares do Estado Novo, em que se pressente menos um sentimento fascista (o romance data do fim da Segunda Guerra) do que propriamente um credo tradicional, em que se cruza um republicanismo anticlerical mas tolerante com o romantismo monárquico e católico que se transfere para o "Portugal renovado". Por exemplo, eis o que pensa o velho fidalgo *Francisco Castro*, da família *Albalonga*:

A educação da mocidade, no culto de Deus e da Pátria: que nobre tarefa para os homens do Portugal renovado! Era a contra ofensiva eficaz contra essa onda de organizações para-militares, devotas do corpo e caldeadas no orgulho, que pululavam lá fora, nas grandes nações fanatizadas pelo moderno Cesarismo. Apreensiva, a sua face alongou-se. Todos esses orgulhos tinham sempre o seu desfecho natural na guerra. Ah! Como Cristo devia ter sofrido, na sua noite de agonia, diante da visão antecipada de todos os ódios e crimes ateados pela soberba humana, escrava de Satanaz! Poderia o nossos frágil Portugal escapar da tempestade que novamente enegrecia os horizontes? Só Deus lhe podia valer. O fidalgo tinha fé, arraigada e profunda, na protecção da Santíssima Virgem, Padroeira da Nação. Se Ela aparecera havia anos nas serranias de Fátima, no coração de Portugal, a curta distância do vale agreste onde se firmou por milagre

a independência da Nação, quase inerte em face do poderoso vizinho, - é porque o pequenino Portugal entrava ainda nos planos do Altíssimo. Fátima, esse foco de penitência constante, erguia para o céu um brado que havia de aplacar a justiça de Deus, ofendida por tanta loucura⁽³⁴⁾.

Em todo este contexto de cruzamento de ideais e de modos de vida, uns viciosos e virtuosos outros, cuja descrição levou o autor, em curto prefácio, a dizer que esse livro desagradaria a "pudibundos" e a "nudistas", visto ambos "mutilarem a vida", salienta-se o drama amoroso e espiritual de *Manuel*, da burguesia lisboeta, alto funcionário bancário, filho de um velho republicano, que, perante um amor frustrado por *Maria Ana*, da família *Albalonga*, sentiu-se atraído por Deus, por "outro Amor, bem mais alto"⁽³⁵⁾, indo para a Suíça estudar numa Universidade Católica, ficando no ar a previsão do seu ingresso no sacerdócio.

Como se vê, portanto, através de uma rápida e incompleta, embora significativa, sondagem a dois dos prémios literários do SPN/SNI, o que poderemos constatar é que a literatura a que poderemos chamar, talvez impropriamente, de "oficial" e, mais precisamente, de "integrada", articulava-se com os valores políticos e morais do Estado Novo, de um regime que sempre se quis afirmar - e com que eficácia o fez! - como "original" e diferente dos fascismos europeus. Essa "originalidade" levou afinal a censurar tanto obras de escritores que, pelo seu estilo e pelas suas ideias, se situavam na "oposição" política e literária - os neo-realistas e todos os escritores que, não o sendo talvez no plano exacto do tipo literário, punham a nu a realidade agreste da vida, como Aquilino ou Miguel Torga -, assim como aqueles que, fora da literatura *tout court*, e mais no campo das ideias políticas, se situavam em terrenos próximos da convergência ideológica estadonovista, mas com uma afirmação mais rebelde, como os nacionais-sindicalistas e integralistas, Rolão Preto, Alfredo Pimenta ou Hipólito Raposo⁽³⁶⁾.

(M) *A Garça e a Serpente*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 2ª. ed. 1945 (1ª. ed. 1943), pp. 259-260.

(35) *Ob. dt.*, p. 417.

(36) *Vide Livros proibidos no regime fasdsta*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros - Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981.

Uma sondagem no cinema do Estado Novo levou-nos a algumas conclusões semelhantes⁽³⁷⁾. Ou seja, o filme de propaganda limitou-se ao plano importante do documentário e a dois filmes de ficção de longa metragem, os já citados *A Revolução de Maio* (1937) e *Feitiço do Império* (1940), de António Lopes Ribeiro. O resto dos filmes, dramas e comédias, sem seguirem qualquer percurso de propaganda linear, pode dizer-se que se integravam no espírito do Estado Novo ou não dissentiam dele. Só um incipiente neo-realismo dos anos 50 e o chamado "cinema novo", que arranca com muitas ambiguidades nos anos 60, é que podem ser citados como cinema de "oposição", ou, pelo menos, *off the record*.

4. De um ensaio a um estudo sistemático

Não é mais do que um ensaio este texto que aqui apresentámos. Apenas desejámos chamar a atenção para o modo como o nosso regime "autoritário" (também "totalitário", em certo sentido?) enfrentou o fenómeno literário - para a maneira como um órgão de propaganda o via, num tempo em que o factor ideológico, reprodutivo e repressivo, era mais evidente, devido à sedução indubitável exercida pelo regime fascista da Itália e mesmo por outros "fascismos".

De um simples ensaio propomo-nos analisar o fenómeno, com o apoio de outros investigadores, de uma forma mais sistemática. Se viermos a realizar esse trabalho, prometemos vir a apresentar algumas conclusões mais seguras e profundas.

⁽³⁷⁾ Cf. "Cinema e Propaganda no Estado Novo", *Revista de História das Ideias*, n.º 18.